

The importance of the Master degree in Social Work as a link between research and practice

A importância do Mestrado em Serviço Social como espaço de aproximação entre investigação e agir profissional¹

Daniela Monteiro*

ABSTRACT

This article focuses on the relationship between research and professional practice, based on the research experience conducted along the Master degree in Social Work. It aims to understand the point of view of professionals regarding the relationship between the professional practice and research, as well as their perception about the place of research in the 1st and 2nd Year of formation. Empirically, the study adopted a qualitative, exploratory approach by undertaking interviews with social workers with BSc and MSc in Social Work. The results highlighted the role of the Master degree as a functional link between research and professional practice, the significance attached to research methodology in the formation of social workers, albeit with different perspectives about what is expected of the bachelor and master courses.

Keywords: Social work, professional practice, research, Master degree.

RESUMO

O presente artigo centra-se na relação entre a investigação e o agir profissional, tendo por base a experiência no âmbito do mestrado em Serviço Social. Visou-se compreender o ponto de vista dos profissionais relativamente à relação entre o agir profissional e a investigação, bem como a sua percepção sobre o lugar da investigação no 1º e 2º ciclo de formação em serviço social. Empiricamente, o estudo adoptou uma abordagem

¹ Este artigo retoma, com algumas alterações, parte da dissertação de Mestrado em Serviço Social que desenvolvemos sob a orientação da Prof.ª Doutora Fernanda Rodrigues, a quem muito agradecemos.

² Faculdade de Ciências Sociais – Universidade Católica Portuguesa. dmonteirrom@gmail.com

qualitativa de natureza exploratória, tendo por base a aplicação de entrevistas a assistentes sociais com licenciatura e mestrado em Serviço Social. Das conclusões destaca-se o reconhecimento do mestrado como espaço onde existe uma clara aproximação entre investigação e o agir profissional, a grande importância atribuída às unidades curriculares de investigação na formação dos assistentes sociais, ainda que com diferentes perspectivas sobre o que se espera da licenciatura e mestrado.

Palavras-chave: Serviço Social, agir profissional, investigação na prática, formação em Serviço Social.

1. INVESTIGAR E INVESTIGAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Historicamente, o Serviço Social não foi, de forma genérica, reconhecido e identificado por contribuir para a produção de um saber específico, mas sim pelo modo como intervinha nas situações sociais e pela forma como estava relacionado com as políticas sociais. Sob este ponto de vista, o profissional de Serviço Social era concebido para agir e não para produzir conhecimentos. Mais, era tendencialmente visto e induzido a ser um consumidor acrítico das Ciências Sociais, utilizador das técnicas na intervenção³. Tal visão levou a que, durante anos, os assistentes sociais fossem subalternizados relativamente a outros profissionais capazes de produzir conhecimento. Eram apenas procurados como fonte ou para a recolha da informação no terreno que posteriormente seria elaborada por outros (Martins, 1999).

Atualmente, como acrescenta Baptista (2001), observa-se uma outra postura nas relações que mantêm com outros grupos de profissionais. O serviço social consolidou-se, construindo a sua própria história, os seus conhecimentos e os seus especialistas. Os assistentes sociais reúnem um património característico de técnicas, métodos, conhecimentos, obras de referência, costumes e hábitos profissionais, produzem um contínuo inerente de questões e de objetivos, estabelecendo áreas distintas de intervenção e investigação no contexto dessa problemática, construindo paradigmas, que vão fornecer um referencial à sua produção. Esse processamento tem sido assinalado essencialmente pelo seu desenvolvimento teórico e prático, pelas formas como apreende, organiza e opera, sendo o seu conhecimento estabelecido pelas especificidades distintas dos variados contextos sociais e institucionais em que atua.

³ Embora o nascimento da profissão se funda com a dimensão da prática empírica, as tentativas de aproximação à produção de conhecimento científico fazem-se, já neste período, através de dois nomes incortornáveis: Mary Richmond e Jane Addams.

A discussão em Portugal sobre a investigação no serviço social assume uma expressão particularmente relevante quando enquadrada na reflexão crítica acerca da relação entre o processo de qualificação do serviço social, na sociedade e crítica pós-moderna, e o seu modelo de afirmação disciplinar na sociedade portuguesa (...) a investigação no serviço social não é uma questão ou um movimento apenas contemporâneo. O espaço que a pesquisa social foi ocupando e o seu processo de legitimação e de qualificação profissional, ao longo do século XX, reflectem o significado que as práticas de pesquisa foram sedimentando para a transformação actual do serviço social. Esta tradição da investigação crítica remonta, na verdade, aos finais do século XIX, período em que o serviço social enquanto profissão estava ainda numa fase de organização. (Mouro, 2004, p. 100-101).

A investigação tem ganho destaque na literatura em Serviço Social nos últimos anos (Pain, 2011). Vários argumentos questionam a investigação no Serviço Social, nomeadamente: 1) a “necessidade” de existência de uma delimitação do que é investigação nesta área, tanto em termos de problemáticas, como de procedimentos usados e 2) ser uma profissão reconhecida historicamente por ser eminentemente prática.

Estes argumentos parecem diluir-se se tivermos em conta que, tanto os procedimentos como as problemáticas, são partilhadas pelas várias áreas das Ciências Sociais. Neste sentido, Barbero (2006) argumenta que toda a intenção de delimitarmos o que é a investigação em Serviço Social é uma aproximação, uma vez que não existem limites exactos que nos permitam determinar sem ambiguidades quando uma investigação pode ser qualificada como própria de uma ou de outra Ciência Social. Contudo, tal facto não é um obstáculo para a investigação neste domínio.

Assim, não são os objetos de investigação, nem os métodos empregues que diferenciam a investigação em Serviço Social de outras áreas, mas tal como afirma Zamanillo e Gaitán (1997) a diferenciação está nas finalidades que se querem alcançar com ela, pois é desta forma que permite a obtenção de conhecimentos e bases operativas úteis à prática profissional. Vários autores reconhecem a importância da investigação para as experiências concretas. Como refere Ferreira (2001, p. 56), “a investigação em Serviço Social assume a sua especificidade quando investiga para agir sobre o real-social. Nasce da necessidade não só de explicar e compreender os problemas sociais, mas de intervir e agir sobre eles”, integrando na construção de um saber crítico as dimensões do saber/fazer, saber/ser e saber/estar.

Segundo Nunes (2003), o paradigma em que se construiu o perfil profissional, que vê o assistente social mais como técnico e menos como cientista social, mais como consumidor e menos como produtor de conhecimento, mais como prático e menos como teórico, poderá encontra-se em declínio. Este perfil retrata os antagonismos clássicos ine-

rentes do paradigma funcional da ciência e da técnica, limitando-se no empirismo, menos como escolha teórico-cultural, mas, nomeadamente, como resultado e consequência de uma alienação no campo da produção teórica e científica do conhecimento sobre a realidade social (Nunes, 2003).

2. SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL E INVESTIGAÇÃO

Em Portugal, a fase de institucionalização do Serviço Social data da década de 30 do século XX⁴. As características sócio-históricas desta fase marcam o Serviço Social português em vários aspetos, um dos quais era a não produção de conhecimento, porque se centrava na prática pela prática. Veja-se que em tempos de ditadura o Serviço Social “somente pode se tornar mais eficiente no que faz sem questionar por que faz e para quem faz” (Montaño, 2007, p. 96). Contudo, o que se faz também está intimamente relacionado com o que o “poder” quer que “ele”, o serviço social, faça, sendo essa eficiência de cariz profundamente ou tendencialmente normalizante e de defesa da ordem vigente. Nesta fase, na formação inicial, as iniciativas de trabalho são assentes na observação social e recolha de dados, sendo privilegiados como instrumentos de trabalho o recurso a técnicas tradicionais de cariz mais quantitativo, havendo um forte recurso a inquéritos sociais e relatórios.

Embora possamos afirmar que o Serviço Social tenha tido, durante um período de tempo, um cariz consentâneo com o regime, observou-se, já nos finais dos anos 50 do séc. XX, os primeiros movimentos críticos no interior da profissão, face à intervenção profissional e ao contexto político vigente (Martins, 2002). Em Portugal, só após o 25 de abril de 1974 é que se mostra um maior interesse pela investigação em Serviço Social⁵

⁴ As primeiras tentativas de criação da formação em Serviço Social são anteriores ao Estado Novo. No entanto, a denominada fase de institucionalização refere-se à criação das primeiras escolas. A primeira Escola de Serviço Social foi o Instituto de Serviço Social de Lisboa (ISSL) e data de 1935, criado como estabelecimento de ensino particular e feminino por iniciativa do Patriarcado, tendo por suporte jurídico a Associação de Serviço Social, instituição com fins de cultura e formação social. Mais tarde, passa à designação de Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL). Recentemente, em 2006, o ISSSL foi integrado na Universidade Lusíada de Lisboa, como unidade orgânica autónoma. A segunda escola a ser criada foi a Escola Normal Social de Coimbra, em 1937, surgindo da necessidade de dar resposta técnica, no âmbito médico-social, no setor materno-infantil. Em 1965, passa a chamar-se Instituto de Serviço Social de Coimbra e, em 1969, foi acrescentada a designação de Superior. Atualmente, é o Instituto Superior Miguel Torga. A terceira e última Escola a ser criada antes de 1974, foi o Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP) em 1956. Até abril de 1974, a formação em Serviço Social estava sob a égide da Igreja Católica, como é o caso dos Institutos Superiores de Serviço Social de Lisboa e Porto. A Escola Normal Social de Coimbra, embora sob a gestão do poder local, tinha o ensino sob a responsabilidade da Congregação das Franciscanas Missionárias de Maria. (Ferreira, 2006)

⁵ Período onde teve maior impacto as influências do movimento de reconceptualização do Serviço Social. Este surgiu na América-Latina, em meados da década de 60 do século XX, e representou um momento de “viragem” na profissão, tendo tido impacto ao nível internacional, de formas diversas, fazendo repensar a profissão e a sua identidade. Iamamoto (2000) refere que surge tendo em conta a necessidade de compreensão das especificidades do contexto latino-americano e a respectiva adequação da intervenção do Serviço Social, tendo em conta critérios teórico-metodológicos e prático-interventivos, sentindo-se a necessidade de “atribuir um “estatuto científico” ao Serviço Social, lança-o no campo dos embates *epistemológicos, metodológicos* e *das ideologias*” e todas estas preocupações se dirigem para “a *reestruturação da formação profissional*, articulando ensino, pesquisa e prática profissional, exigindo da Universidade o exercício da crítica, do debate, da produção criadora de conhecimentos no estreitamento de seus vínculos com a sociedade.” (Iamamoto, 2000, p. 209) (sublinhado da autora). Realçando-se uma dimensão até então esquecida/negligenciada que era a investigação. Este movimento temporalmente associado, especialmente no período que vai de 1965 a 1975, trouxe e encontrou diferentes matizes e perspetivas. Para o aprofundamento deste tema, particularmente as matizes do movimento no Brasil cf. Netto (1991).

fruto, por um lado, das transformações ocorridas na sociedade portuguesa, que exigia novas respostas por parte do serviço social levando a um reequacionar da profissão na conjuntura sócio-histórica e, por outro lado, fruto das novas influências ao nível das correntes de pensamento e das matrizes teóricas, como as provenientes do marxismo e das várias tendências do movimento de reconceitualização do serviço social latino-americano (Martins, 1999, p. 53).

Observa-se, então, uma mudança no próprio projeto ético-político da profissão que visa a transformação social e a mudança, que passa por um posicionamento e um comprometimento junto das classes mais desfavorecidas.

O período pós 25 de abril é marcado pelo surgimento de pesquisas centradas em análises históricas da profissão no regime salazarista, embora pontuais, quebrando com a tradição destas só serem feitas por profissionais de outras áreas onde se destacavam os médicos e juristas que acompanharam ou participaram no processo de institucionalização do Serviço Social (Martins, 2002). E mais tarde, na década de oitenta, no contexto de luta pelo reconhecimento do curso de Serviço Social, observou-se um crescimento da análise histórica da profissão no Estado Novo. Observando-se, ainda, no primeiro curso de Mestrado em 1987, a incidência de estudos sobre a História da Profissão (Martins, 2002). Estes aspetos são, provavelmente, sintomáticos da importância que os profissionais sentiram na procura e reflexão sobre a sua “identidade real” e não, como durante o Estado Novo se promovia, uma “identidade imposta”.

Em Portugal, só nos finais da década de 80 e inícios da década de 90 se observam as transformações mais profundas e significativas em termos académicos e profissionais, uma vez que em 1989 o grau de licenciatura é atribuído aos assistentes sociais⁶ e, seis anos mais tarde, o grau de mestrado⁷. É a partir destas datas que o Serviço Social vê legitimado e reconhecido (oficialmente) as possibilidades de acesso a outras competências e funções, nomeadamente à investigação.

O facto de, a partir deste período, existirem mestrados e doutoramentos em Serviço Social representa um passo, ou a confirmação, da afirmação e reconhecimento da existência de investigação em Serviço Social, uma vez que estes níveis pós-graduados (mestrado e doutoramento) não são apenas, como refere Karsch (1988, p. 121-122), uma tipologia burocrática, sendo “o reconhecimento de uma luta séria no sentido de prover o *status* académico a uma profissão que, na divisão social do trabalho, tem a forma de «serviço», e, por isso mesmo, caracteriza-se pela prestação de serviço nas instituições e organizações”.

6 Tendo sido, em 1991, reconhecida a equiparação a licenciados a todos os assistentes sociais formados até então (Martins, 1999)

7 Embora, através de um protocolo de intercâmbio entre o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e a Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo, em 1987 tenha iniciado o primeiro mestrado em Serviço Social.

3. DA FORMAÇÃO INICIAL À FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA

A questão da formação pós-graduada é, pois, central em toda esta discussão, na medida em que se configura como etapa no estabelecimento, ou não, da investigação como uma das dimensões do Serviço Social⁸. Dito de outra forma, trata-se do espaço de cruzamento entre a descoberta da área disciplinar e profissional e o seu treino, o treino das várias habilidades e competências. Mas a formação pós-graduada pode não ser entendida como a composição de uma ou mais etapas, mas ser vista como um “traço” contínuo no percurso do próprio Assistente Social, onde o “saber transmitido (...) integra um conjunto de conhecimentos, valores, modelos e símbolos que se acumulam no próprio fazer e que se traduzem naquilo que se conhece como prática” (Silva et al., 2006, p. 2).

Poderíamos dizer que pensar a formação implica destrinçar uma série de elementos que lhe dão forma e nos permitem fazer uma leitura com maior precisão do que entendemos por formação. Apresentamos, na figura 1, um esquema sobre a formação dos Assistentes Sociais, numa relação entre espaço, tempo e atores (estudantes, docentes/formadores, organizações e profissionais). A figura 1 centra-se em dois grandes espaços formativos do Assistente Social, um formal e outro não formalizado onde desenvolve o seu quotidiano profissional, onde é necessário “articular os saberes práticos, normativos e pedagógicos e vincular as intervenções no quotidiano a um processo de construção e desconstrução permanente das categorias que permitem a crítica e a autocrítica do conhecimento e da intervenção” (Passarinho, 2009, p. 378).

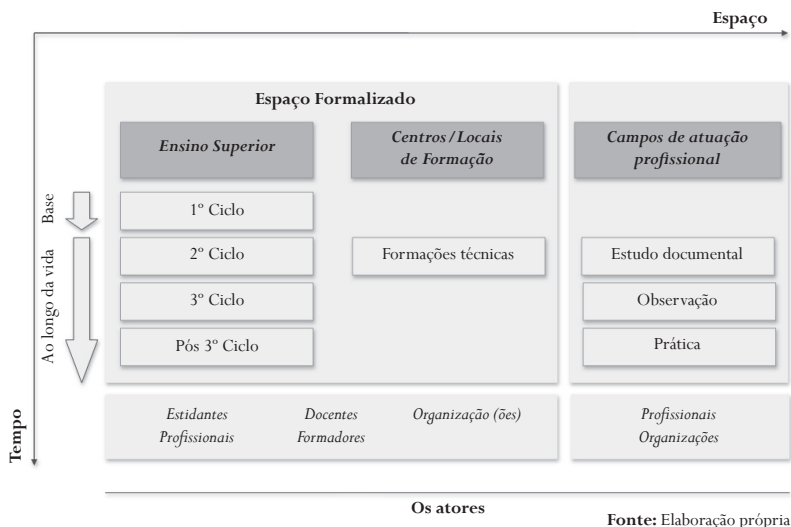


Figura 1. A formação na relação entre atores, espaço e tempo

⁸ A importância atribuída à investigação varia nos currículos das várias escolas que lecionam o Serviço Social. Embora Martins (2008) não faça uma análise dos fundamentos da investigação na formação, assinala a presença de unidades curriculares de Ciências Sociais do Serviço Social, cuja designação menciona o termo investigação.

O quotidiano dos Assistentes Sociais, sua complexidade e constante devir, exige mais do que profissionais informados, exige formação “para uma competente actuação profissional, competência esta que desdobra a árida faceta técnica, mas que comporta principalmente uma competência teórico-metodológica e política” (Pontes, 2002, p. 44). Embora este autor (op. cit) destaque que a capacitação permanente do profissional não é reduto exclusivamente académico, nem fica adstrito apenas aos centros de formação, aquilo a que chamamos de espaço formalizado de formação, ela estende-se aos espaços não formalizados, isto é, aos diferentes campos de actuação do profissional.

(...) pensar uma acção de capacitação permanente deixa de ser uma exclusiva acção do mundo da formação e passa a constituir-se como um resultado, uma síntese de “múltiplas determinações”, podendo ser mais consentânea com as reais necessidades tanto dos profissionais (que serão capacitados), como da população demandatária dos serviços das políticas sociais (executadas por aqueles profissionais) (Pontes, 2002, p. 44).

A questão da formação (graduada e pós-graduada) em Serviço Social passa, igualmente, nos últimos tempos, por fortes alterações, como as trazidas pelo processo de Bolonha, mas igualmente pelo aumento exponencial do número de cursos em Serviço Social, tanto no ensino politécnico, privado como público, “inserindo-se no processo mais amplo de expansão do ensino superior em Portugal nas últimas três décadas” (Martins, 2008, p. 37). A preocupação inerente a este aumento centra-se na qualidade do mesmo e na identidade “criada” nos profissionais que vêm a ser formados, na medida em que, para Martins (2008), a criação de alguns dos cursos em Serviço Social servem mais interesses de um ensino superior, não só, mas também organizado numa lógica de mercado, pois, “a licenciatura em Serviço Social é captada pelo ensino público, universitário e politécnico, potenciando recursos humanos disponíveis nestas instituições” (Martins, 2008, p. 37).

A este respeito, a autora (op. cit) refere que a cedência às exigências do mercado, tornou a formação e o próprio Serviço Social “permeável a concepções de um perfil profissional mais tecnicista em detrimento dum mais crítico, com maior solidez e qualidade, fragilizando ou mesmo fazendo regredir os avanços conquistados” (Martins, 2008, p. 39).

As questões e preocupações que são colocadas sobre a aplicação e impactos do Processo de Bolonha ao Serviço Social⁹ passam, também, pela verificação de uma série de dissemelhanças entre as várias instituições de ensino que ministram este curso, relativamente

(...) ao peso da área de Serviço Social na formação do 1º ciclo; à formação teórico-metodológica e ético-política; à integração dos estágios e sua supervisão científica e pedagógica pela área; à preocupação de garantir a investigação já desde o 1º ciclo; à utilização e divul-

⁹ Para o aprofundamento das alterações trazidas pelo Processo de Bolonha ao Serviço Social, cf. A posição da Associação de Profissionais de Serviço Social sobre o processo de Bolonha e a formação em Serviço Social (APSS, 2006), Martins (2007), assim como Martins e Tomé (2008).

gação da investigação produzida por Assistentes Sociais, nomeadamente dos trabalhos produzidos nos mestrados e doutoramentos; à forma como se estão a organizar as transformações ao nível das metodologias de ensino e dos processos de avaliação (Tomé, 2007, p. 12).

É importante que os profissionais adotem e desenvolvam uma postura investigativa, onde deve ser constante a procura de uma formação ampla e de uma prática profissional acompanhada pela formação permanentemente atualizada. O crescimento de investigações realizadas por assistentes sociais pressupõe que a investigação seja elemento integrante da formação e qualificação profissionais, que deverão ser constantes e deverão acompanhar a prática com a realização de conhecimentos quanto à sua área de atividade e à realidade social. Deverá haver uma formação profissional constante que se traduz em práticas de estudo, supervisão e investigação a incluir no horário de trabalho, extensivo a todos os profissionais (Martins, 2002).

Ou seja, é necessário incluir a investigação num projeto profissional, para que os assistentes sociais transformem possíveis práticas rotineiras em práticas construtivas e pró-activas e que, desta forma, se amplie cada vez mais a investigação em Serviço Social para além da atividade académica, de modo a que não se observe, nem se reproduza, uma divisão estatutária entre assistentes sociais interventores e assistentes sociais produtores do conhecimento.

É necessário estabelecerem-se e promoverem-se condições para o desenvolvimento da investigação em Serviço Social, com o desenvolvimento de uma política de apoio à investigação nesta área por parte dos poderes públicos, o apoio à qualificação académica de docentes e investigadores, e a criação e desenvolvimento de centros de investigação. Sposati (2007) sublinha a importância de se fomentar uma rede da comunidade científica de Serviço Social que mantenha e estabeleça relações dentro do próprio país, mas, também ao nível internacional. O trabalho em rede entre os núcleos, centros e grupos de investigação permite a constituição de comunidades de interesse, intercâmbio e acumulação de conhecimentos.

4. METODOLOGIA

Utilizou-se para a realização desta investigação uma abordagem qualitativa, pois, pretendemos compreender qual o posicionamento dos profissionais relativamente à relação que estabelecem entre o agir profissional e a investigação realizada no âmbito do seu mestrado, bem como a sua percepção sobre o lugar da investigação no 1º ciclo (licenciatura) e 2º ciclo de formação (mestrado), sendo possível desta forma encontrar as especificidades e singularidades do grupo entrevistado, permitindo um aprofundamento desta temática.

Privilegiamos, como técnica, a entrevista semi-estruturada que “nem é inteiramente livre e aberta (...) nem orientada por um leque inflexível de perguntas estabelecidas *a priori* (...) o entrevistador possui um referencial de perguntas-guia, suficientemente

abertas, que serão lançadas à medida do desenrolar da conversa” (Pardal & Correia, 1995, p. 65). A observação direta, não participante, decorreu do próprio contexto de entrevista, complementando a interpretação dos discursos das entrevistadas, a sua linguagem, não só verbal, do que se diz, nas diferentes formas de entoação, silêncios e risos, mas também na linguagem corporal.

Foram entrevistadas onze Assistentes Sociais¹⁰, formadas em escolas de Serviço Social na região Norte de Portugal¹¹ com mestrado em Serviço Social e a exercer Serviço Social, não podendo ser, por exemplo, apenas docentes do ensino superior, mesmo que na área de Serviço Social. No entanto, duas das onze entrevistadas¹² são, simultaneamente, docentes em cursos de Serviço Social e Assistentes Sociais. Adoptamos o princípio da diversidade, integrando, dentro dos critérios estabelecidos, uma variedade de profissionais: a) em termos de escolas de formação; b) anos de trabalho, que vão desde os 4 anos aos 34 anos de experiência; c) local de trabalho, embora a grande maioria estivesse associada a organismos públicos¹³. Relativamente ao sexo, tal não foi conseguido, todas as entrevistadas são mulheres (do total dos 43 mestres existentes, apenas três são homens¹⁴).

A “amostra” assentou no critério de conveniência. Neste sentido, Flick (2005, p. 71) afirma que este se refere “à selecção de casos, pela sua facilidade de acesso, em certas condições. Isto destina-se apenas a reduzir o esforço, mas por vezes pode ser a única maneira de efectuar uma avaliação, com recursos limitados de pessoas e tempo”. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na sua totalidade. A passagem do discurso oral para o escrito exigiu uma revisão do texto para que este se apresentasse de forma inteligível, pese embora se tenha optado pela fidelidade quase integral ao discurso, sendo a pontuação a principal ferramenta utilizada no sentido de garantir maior proximidade aos discursos das entrevistadas.

10 As entrevistas decorreram entre maio e setembro de 2011. Tínhamos como meta, à partida, a realização de dezasseis entrevistas, no entanto, acabámos por só conseguir entrevistar onze profissionais. Mas tal como refere Guerra (2008, p. 43) “(...) as características da análise qualitativa não facilitam uma definição *a priori* do universo de análise, porque, em primeiro lugar, a pesquisa qualitativa é muito maleável, o objecto evolui, a amostra pode alterar-se ao longo percurso; e, por outro lado, é difícil (se não mesmo impossível) definir uma amostra sem fazer referência ao processo de construção do objecto; assim, é quase impossível definir uma amostra para as análises qualitativas, dada a diversidade de objectos e métodos”.

11 As escolas com licenciatura e mestrado em Serviço Social na região Norte de Portugal são: Faculdade de Ciências Sociais (FACIS-UCP), Universidade Fernando Pessoa (UFP) e Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP).

12 À data da entrevista, pese embora outras entrevistadas tivessem tido experiência no âmbito da docência, não a exerciam quando foram entrevistadas.

13 Isto pode estar associado à tendência, de há uns anos, do principal empregador de Assistentes Sociais ser o Estado, tendência esta que se vem alterando, sendo as IPSS, atualmente, as principais empregadoras. Note-se que apresentamos este facto como uma das possíveis leituras destes dados, mas desconhecemos as entidades empregadoras de todos os mestres da zona norte de Portugal.

14 O universo dos mestres em Serviço Social formados na região Norte de Portugal é de 43. Só foram contabilizados aqueles que frequentaram os mestrados com a designação de Serviço Social (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa e Universidade Fernando Pessoa) e de Serviço Social e Política Social (Instituto Superior de Serviço Social do Porto). No caso da Universidade Fernando Pessoa, o mestrado que antecedeu o de Serviço Social, com a designação de Trabalho Social, não foi contabilizado.

Para o tratamento dos dados das entrevistas, utilizámos a análise de conteúdo, sendo que esta é uma importante técnica que possibilita a desconstrução do discurso e a produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, isto é, permite-nos tratar de uma forma metódica as informações e testemunhos. Desta forma, a análise de conteúdo “tem uma *dimensão descritiva* que visa dar conta do que nos foi narrado e uma *dimensão interpretativa* que decorre das interrogações do analista face a um objecto de estudo, com recurso a um sistema de conceitos teórico-analíticos cuja articulação permite formular as regras de inferência” (Guerra, 2008, p. 62) (sublinhado da autora). Algumas das categorias foram estabelecidas *a priori* e outras *a posteriori*, tendo estas últimas permitido integrar dimensões e racionalidades decorrentes da própria análise do material.

5. ESPAÇOS DE FORMAÇÃO: DA LICENCIATURA AO MESTRADO

As motivações associadas ao ingresso na licenciatura em Serviço Social, tal como era expectável, são bastante distintas das motivações que levaram as entrevistadas a realizarem o mestrado, em primeiro lugar porque a licenciatura (1º ciclo) pode ser descrita como um encontro com a profissão, sendo o início da construção identitária do futuro profissional, já no mestrado (2º ciclo) espera-se que exista uma identidade e identificação teórico-prática com a profissão.

a) Motivação para a escolha da licenciatura em serviço social

Identificámos três subcategorias principais relacionadas com as motivações dos profissionais em licenciarem-se em Serviço Social: 1) seis entrevistadas referiram que o curso foi-lhes recomendado (familiares/amigos/professores) e que sentiram uma identificação com a descrição do mesmo e o seu plano de estudos; 2) três entrevistadas destacaram que o sentimento de identificação com a profissão se prendeu com a profunda associação do curso à dimensão relacional (“relacionamento humano”); 3) duas entrevistadas escolheram o curso pelo contacto que tinham tido com o trabalho de uma Assistente Social.

O curso de Serviço Social foi para dez das onze entrevistadas a primeira opção para a entrada no ensino superior. Algumas afirmaram que, além de primeira, teria sido a sua única opção. A entrevistada que não escolheu o Serviço Social como primeira opção, descreve a particularidade da sua situação e preferência pelo Serviço Social como expressão de vocação, maturação da escolha e maior proximidade com a noção de Justiça Social. Há, aqui, o cruzamento entre a ideia de vocação e motivação, sem constrangimentos externos à vontade dos profissionais, como a classificação/média final que poderia impedir a entrada neste ou em qualquer outro curso. Importa referir, ainda, que esta opção inicial foi também entendida como a “escolha acertada”.

b) Motivações para a escolha da frequência do Mestrado em Serviço Social

Como referimos anteriormente, as motivações associadas à ida para o mestrado de Serviço Social são diferentes das mencionadas na licenciatura e também mais numerosas. As motivações que levaram as entrevistadas a ingressar no mestrado foram: 1) a necessidade de atualização dos conhecimentos (três entrevistadas); 2) uma oportunidade face ao surgimento do mestrado em Serviço Social em Portugal (três entrevistadas); 3) um desafio depois de vários anos sem formação universitária (duas entrevistadas); 4) a necessidade de continuação da construção identitária (uma entrevistada); 5) como necessidade da carreira académica e do questionamento da intervenção (uma entrevistada); 6) no sentido de contribuir para a produção de conhecimento em Serviço Social (uma entrevistada).

O mestrado é entendido como um importante momento formativo. Neste sentido, e tendo em conta as extensas carreiras profissionais de dez das onze entrevistadas, podemos verificar a existência da ideia que, tanto pela necessidade de atualização de conhecimentos, como pela necessidade sentida de questionar a intervenção, o mestrado é encarado como uma revitalização dos conhecimentos e da intervenção. Importa referir, ainda, que existem diferentes *nuances* entre as entrevistadas que relataram o mestrado como uma oportunidade que aproveitaram. A expressão oportunidade pode estar ligada ao facto de, durante muito tempo, não ter havido formação em Serviço Social a esse nível em Portugal. Sendo que o ingresso no mestrado para duas das entrevistadas configurou-se como um desafio, pelo distanciamento temporal em relação ao estudo académico, expresso na ideia de “voltar à escola” (E7).

Nos discursos, a ideia de continuidade formativa e/ou de qualificação profissional poder estar ligada, por um lado, à continuidade da sua construção identitária cuja consolidação é uma necessidade e é fundamental para o profissional, e, por outro lado, uma afirmação identitária que exige a procura de legitimação da profissão enquanto produtora de conhecimento científico, cabendo aos profissionais fazê-lo, também, por via da formação pós-graduada.

A formação pós-graduada a nível do mestrado é, assim, um espaço de construção profissional que requer, de acordo com a Recomendação do Conselho de Ministros do Conselho Europeu em 2001 (cit in APSS, 2006, s/p), “o mais alto nível de responsabilidade para a tomada de decisões, elevados níveis de competências e, por isso, exige uma formação adequada designadamente no campo da investigação”, cujo princípio é colocado em causa, com a tecnicização da profissão.

Como temos vindo a referir, o espaço da formação é, também, um importante espaço de construção identitária para os profissionais, sendo que foi particularmente referenciado pela entrevistada com menos anos de serviço.

Eu quando terminei o curso (...) não tinha terminado o meu processo (...) eu ainda não tinha aprendido tudo aquilo que achava que era possível conhecer no Serviço Social, eu ainda não tinha terminado a minha construção identitária. (E1)

c) O lugar da investigação no 1º e 2º ciclo de formação em Serviço Social: a percepção das entrevistadas

Os depoimentos profissionais expressam, de igual modo, a importância da introdução das competências e da importância da investigação no 1º ciclo (licenciatura), como uma forma de garantir um contacto prévio e de sensibilização desta questão, antes de iniciar a sua vida profissional, de forma a ter o manancial necessário para poder aplicá-las.

A componente da investigação acho que deve ser incorporada logo no 1º ciclo, eu acho, até mesmo para abrir a sensibilização dos alunos, que realmente é crucial a investigação logo de início, eu acho que é fundamental... (E3)

Tem de ser na licenciatura. E o preparar para o próprio saber-fazer, exige, naturalmente, esta vertente de investigação. (E9)

Tem de ser mesmo na licenciatura porque nem toda a gente tem de tirar mestrado. Ou nós já confundimos isto de licenciatura com mestrado, e partimos do pressuposto que não existe um grau de licenciatura e as pessoas são todas mestres e, portanto, quando saem... saem com as competências base, porque está no conjunto, ou, então, tem de ser mesmo na licenciatura. (E8)

No entanto, se por um lado é importante este primeiro contacto, de cariz mais introdutório, esse aprofundamento, segundo alguns depoimentos deve ser feito no 2º ciclo (mestrado), sendo atribuído ao 1º ciclo (licenciatura) a responsabilidade de treinar a reflexividade dos estudantes.

Na licenciatura não se faz investigação e mesmo no mestrado... eu já li teses [dissertações] de mestrado, com todo o respeito... já li teses [dissertações] agora de mestrado que... mas também, não têm que o fazer, têm de saber como se faz... Fazer, experimentar um trabalho empírico, fazer um exercício de investigação sobre um pequeno problema... delimitá-lo, saber definir um objeto de estudo, saber definir uma metodologia para o conhecer, saber recolher a informação, trabalha-la bem e enquadra-la nas teorias, e saber explicar pelo menos aquilo que identifica empiricamente. Saber identificar e compreender à luz das teorias que encontrou já é muito bom, os alunos de mestrado... bem, os alunos de licenciatura não fazem seguramente isso, se calhar os alunos de mestrado também ainda não. Nós andávamos para aí um ano para delimitar o objeto de estudo (risos)... agora... (E11)

Deveria ser desde o princípio. Poderia perguntar-me outra coisa que é o feedback que os alunos dão relativamente a esta proposta. Podemos questionar: De que tipo de investigação estamos a falar? De que tipo de conhecimento estamos a falar? Que tipo de alunos chegam neste momento ao curso de serviço social? (...) Que competências têm os alunos para o desafio de investigação? Eu acho que também é preciso perceber de que tipo de investigação estamos a falar. (...) Eu acho é que o aluno desde o primeiro ano, desde que chega à faculdade, deve ser trabalhado no sentido de ter uma postura de uma grande reflexão e questionamento sobre a sua própria intervenção. E, ligada à questão dos dois ciclos, eu acho que um aluno licenciado em Serviço Social,

um Assistente Social (...) é um generalista, o que é que o aluno sabe? O ideal é que tenha conseguido adquirir as competências necessárias para ser um Assistente Social generalista. Se fala agora em formações mais específicas a este Assistente Social, é num 2º ciclo que se aprende. Agora, se me pergunta se a preocupação com a investigação deve ser só no 2º ciclo e nunca no 1º, não! Eu acho que no 1º [ciclo] ele deve trabalhar muito bem o questionamento pessoal, a necessidade de refletir a sua própria intervenção, e isto tem de ser trabalhado desde o início, agora, uma investigação mais aprofundada sobre determinadas problemáticas, eu penso que isso é uma conquista do 2º ciclo e não do 1º. (E6)

A respeito de um plano de estudos generalista, Ferreira (2009), embora defendendo a necessidade de um conjunto de ferramentas e instrumentos técnicos comuns na formação em Serviço Social, no sentido de criar unidade e identidade profissional, considera, igualmente, que o plano de estudos “não deve ser generalista tendo em conta a diversidade e complexidade dos problemas sociais e o tempo de duração da sua formação” (Ferreira, 2009, p. 365-366). Na perspetiva deste autor, o plano de estudos para o 1º ciclo, deve integrar nos seus conteúdos formativos: os fundamentos do Serviço Social; as políticas públicas e sistema de proteção social; os modelos de intervenção em Serviço Social e problemas sociais contemporâneos; as ferramentas técnicas do Serviço Social; as práticas supervisionadas e formação experiencial em Serviço Social. Reforça, assim, neste último ponto, a importância de existirem “unidades curriculares de formação prática em exercício onde se experimenta o Saber, o Saber Fazer e o Saber Ser através da correlação que se estabelece entre Teoria e Prática e Prática e Teoria” (Ferreira, 2009, p. 365-366), perspetiva corroborada num depoimento que defende a introdução da investigação no 1º ciclo de uma forma teórico-prática.

No 1º ciclo, mas de uma forma teórico-prática, porque se não nunca mais vamos ter profissionais a perceber porque é que a investigação é importante para os Assistentes Sociais, e vamos continuar a ter profissionais que pensam que a investigação é uma sobrecarga. Fazer relatórios e ler livros é uma sobrecarga, porquê? Porque não se conheceu a pertinência das coisas. E sem dúvida, seminários de investigação, (...) sou muito a favor dessas cadeiras desde que sejam teórico-práticas. Eu sempre gostei de métodos de investigação, mas gostei muito mais de métodos de investigação a partir do momento que entrei para o estágio, porque percebi para o que eles serviam na realidade, a cadeira per si, a investigação per si, não tem grande interesse, bem, tem interesse, mas tem interesse quando nós vemos como funciona, qual é a utilidade dela. (E1).

6. O Mestrado: QUE IMPACTOS NO PERCURSO PROFISSIONAL?

Segundo Rodrigues e Branco (2009, p. 107), num estudo sobre o universo temporal de 1990 a 2003, “os trabalhos produzidos no âmbito dos cursos de mestrado e doutoramento em Serviço Social (...) são em 74% (48) da autoria de docentes das unidades de ensino da área e apenas 26% (17) foram realizados por profissionais sem relação com a actividade docente”¹⁵. Efetivamente, o mestrado de Serviço Social em Portugal esteve ligado à ideia de carreira docente/académica, configurando-se como uma exigência, ou um “caminho natural” a seguir, tal como esboça a entrevistada na afirmação, ele representa uma

(...) formação adicional necessária numa carreira académica. (E5)

A título caracterizador, seis das onze Assistentes Sociais concluíram o mestrado antes de 2003 e, as restantes, concluíram-no em 2009. Observamos que das seis profissionais que concluíram o mestrado antes de 2003 cinco estiveram ou estão ligadas ao ensino superior, não tendo as restantes qualquer ligação com este. Tendo em conta os depoimentos da maioria das entrevistadas, os impactos do mestrado na carreira profissional não foram sentidos da mesma forma. A maior parte afirma não ter representado “nenhum impacto”, embora tal possa estar relacionado com várias razões,

(...) progressão? Não tive nenhuma, e reconhecimento também não. Reconhecimento social, estatuto, também não tive. (E4)

(...) eu não posso dizer que o percurso que fiz nestes 30 anos, como digo, há 10 anos para cá (...) sou dirigente aqui nesta instituição. Eu não lhe posso dizer que se eu não tivesse tirado o mestrado era dirigente, provavelmente até seria (...) outras colegas minhas também são dirigentes e não têm mestrado, portanto, não há uma relação de causa e efeito com isso, (...) não fui convidada para nada de especial por ter tirado mestrado, não fui convidada para ser dirigente, como lhe digo, terminei no ano 95 e só em 2001 é que começo a ter estas funções. (E5)

(...) o impacto em termos da carreira profissional, neste momento, não é rigorosamente nenhum, porque todas as carreiras estão congeladas [referindo-se à função pública], pode tirar até o doutoramento que vai ficar na mesma. Portanto, isso neste momento é quase que irrelevante. (E8)

15 Rodrigues e Branco (2009: 107) referem, ainda, que estes resultados estão ligados à “natureza diversa das carreiras académica e profissional dos Assistentes Sociais” revelando “a dificuldade dos cursos de pós-graduação académica em Portugal, atraírem e estabelecerem uma maior capilaridade com o mundo profissional” tendência que se altera, particularmente, com a reforma de Bolonha uma vez que “os cursos de mestrado mudam significativamente o seu perfil, relativizando-se o peso da investigação científica entendida na sua formatação mais clássica (podendo o trabalho final ser também um projecto de outra natureza ou um relatório de estágio)”.

No entanto, em termos de progressão de carreira, uma entrevistada afirmou mesmo que o impacto do mestrado foi negativo, aspecto que esteve relacionado com uma visão de distanciamento entre a academia e a prática, descurando-se os importantes contributos que uma investigação pode trazer.

(...) do ponto de vista do percurso profissional, se eu pensar em termos de carreira, em termos institucionais, eu vou-te dizer que fui prejudicada (...) a influência que teve (...) não foi positiva. (...) a coordenadora da altura, considerou que (...) toda esta minha concentração na minha tese [dissertação] fez com que eu descurasse outros aspetos que ela igualmente valorizou, eu por acaso não concordo, (...) achou que eu estava aqui a querer fazer sobressair o interesse pessoal em detrimento do interesse da instituição. (...) Portanto, ela não percebeu minimamente quais eram as mais valias que este tipo de trabalho traria depois na minha prática profissional, isso lamento imenso, e entristece-me imenso, mas no caso foi o que aconteceu (...) e eu já tive o cuidado precisamente de escolher um tema muito ligado à prática (...) (E3)

No próximo depoimento é perceptível que o mestrado teve implicações positivas na carreira profissional, embora sem implicações imediatas. Podemos ver mesmo a existência de um preconceito entre os próprios profissionais sobre a realização de mestrados,

Não logo imediatamente... até havia um certo preconceito nesta Instituição relativamente (...) às pessoas que estavam no direto, não era reconhecido muito esta necessidade de estudar, ou de investigar, como elas diziam «questões teóricas» e não sei quê. Portanto não era facilitado (...) mas, não por todas as pessoas porque quem estava aqui, nos staffs técnicos, aí já era reconhecida, havia uma certa desigualdade a esse nível, quem teve possibilidades aqui, dentro da própria área de Serviço Social, quem teve a possibilidade de o fazer em regime de licença sabática e nós não. (E10)

7. A RELAÇÃO ENTRE A DISSERTAÇÃO DE Mestrado E O AGIR PROFISSIONAL

As dissertações de mestrado incidem, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, na prática profissional. Tal é uma tendência nítida de um grupo profissional como os Assistentes Sociais, enquanto profissionais cuja dimensão da intervenção é fundamental, sendo por isso a prática despoletadora de interesse para estudo.

A minha tese [dissertação] parte exatamente da análise e do confronto, a partir de certa altura, do aumento de situações ao nível do atendimento, situações que começam a chegar sem qualquer proteção social, (...) mas ao mesmo tempo eu dizia, mas estas pessoas, estão desempregadas, estão empregadas, têm trabalho, não têm, o que é que acontece aqui? Quais são as estruturas...? Por que é que tanta gente agora recorre [ao serviço]...? Novos públicos e portanto com a (...) constatação empírica desse tipo de situações (...) comecei a refletir sobre isto, sobre a própria área... (E10)

Na tabela 3, damos conta das áreas de interesse das entrevistadas em relação aos eixos temáticos da pesquisa de Pós-Graduação em Serviço Social em Portugal organizados por Rodrigues, Branco e Nunes (*cit in Rodrigues & Branco, 2009*). Os dados aqui apresentados vão de encontro aos enunciados pelos autores, reforçando mesmo a tendência apresentada. De facto, observámos uma preponderância da investigação nas temáticas das políticas sociais e sociedade (nove), contrapondo-se à baixa densidade da produção sobre o Serviço Social enquanto disciplina e profissão (duas). Esta distribuição mostra uma concentração das dissertações nos diferentes domínios das políticas sociais cujo desenvolvimento e investimento,

podem contribuir para afirmar os assistentes sociais como cientistas sociais, num campo mais amplo que o do próprio Serviço Social, aspecto sem dúvida relevante mas que nas circunstâncias observadas tem como contraponto um mais frágil investimento em objectos mais centrados no próprio campo disciplinar. Ora, o processo de desenvolvimento académico e profissional do Serviço Social, inicial e não suficientemente consolidado, pareceria requerer uma outra dinâmica de produção de conhecimento e investigação. (Branco, 2008, p. 57).

Tabela 1. Temas das dissertações de mestrado das entrevistadas segundo os Eixos Temáticos da Pesquisa de Pós-Graduação em Serviço Social em Portugal

<i>Eixos</i>	<i>Temas</i>	<i>Temas das dissertações</i>
Políticas Sociais e Sociedade (9)	Política de Assistência Social e Mínimos Sociais. (1)	A evolução da área social nos municípios do princípio do séc. XIX até ao último quartel do séc. XX.
	Política Social: solidariedade, descentralização e parcerias. (1)	A rede social enquanto elemento catalisador e dinamizador.
	Campos específicos. (4)	Impacto da doença bipolar na relação conjugal. Os programas Integrados de Educação e Formação com Jovens com percursos de rejeição da escola. Desemprego de longa duração. Habitação: reabilitação urbana.
	Campos emergentes. (3)	Os discursos médicos sobre as mulheres doentes mentais. A integração da minoria étnica cigana na sociedade portuguesa. As mulheres de etnia cigana.

<i>Eixos</i>	<i>Temas</i>	<i>Temas das dissertações</i>
Serviço Social: história, campos de prática e debates (2)	Serviços Sociais em campos específicos. (1)	A prática profissional dos Assistentes Sociais Hospitalares.
	Serviço Social: outros campos e debates. (1)	A influência de género na prática dos profissionais de Serviço Social.

Fonte: Adaptado de Rodrigues, Branco e Nunes (cit in Rodrigues & Branco, 2009) e a partir das entrevistas recolhidas pela autora (2011).

Na tabela 4, voltamos a reorganizar, de forma sintética, os dados apresentados na tabela 3, fazendo um exercício de compreensão, tendo em conta os temas das dissertações e os discursos das entrevistadas sobre as mesmas, para perceber o tempo e o espaço em que a investigação decorreu, e que relação foi estabelecida, ou não, com o agir profissional.

Tabela 2. Relação da investigação desenvolvida no mestrado e a prática (quotidiana/passada)

<i>Relação com a prática</i>	<i>Quotidiana</i> (7)	Centrada nos cidadãos utentes (5)	E3 E8 E4 E10 E11
		Política Social (1)	E9
		Identidade profissional (1)	E5
	<i>Passada</i> (4)	Centrada nos cidadãos utentes (2)	E6 E7
		Política Social (1)	E2
		Identidade profissional (1)	E1

Fonte: Elaboração própria.

O mestrado enquanto momento formativo representou, também, um momento formalmente estabelecido durante o qual as profissionais realizaram investigação relacionada com o agir profissional, na medida em que investigaram sobre a prática a partir da qual trabalhavam quotidianamente (relação garantida), subdividida em três elemen-

tos diferentes: as dissertações centradas nos cidadãos utentes (com maior expressão), a dissertação cuja reflexão se centra na política social e a dissertação desenvolvida sobre a identidade profissional.

Eu, enquanto assistente social de um hospital psiquiátrico, tinha toda a vantagem em, de facto, desenvolver um tema que estivesse intrinsecamente ligado com a minha prática profissional, portanto, eu tinha que eleger uma patologia específica para determinar o meu grupo alvo. (E3)

(...) eu tentei basicamente fazer o seguinte, em termos profissionais, estou nas duas áreas: ação social e educação. (...) o meu objetivo (...) era conciliar estes dois eixos de intervenção que eu tenho no dia-a-dia que é a componente da ação social, aquilo que é a construção dos projetos de vida, os obstáculos, a concretização dos objetivos destes jovens, e, simultaneamente, a importância da formação... a ligação à escola. (E8)

(...) o que eu pretendia mesmo era conhecer, compreender melhor (...) a diversidade de motivações que uma mesma classe profissional tem, quer de acordo com a forma como vê a profissão, mas, também, de como se posiciona perante a realidade, como se posiciona perante que objetivos... Que objetivos constrói perante a sua prática profissional, e, como é que isso é passado para o seu dia-a-dia, como é que essas motivações diferentes passam para a sua intervenção quotidiana. (E5)

Noutras dissertações de mestrado não é garantida a relação com o agir profissional quotidiano na medida em que houve profissionais que investigaram sobre a prática com que já tinham contactado mas que não fazia parte da atual, logo, o impacto e interesse no quotidiano do agir profissional não encontra efetivação linear.

(...) na altura em que ingressei o mestrado já estava um bocadinho afastada da intervenção com o grupo, que também tinha as suas vantagens, não é? Porque o facto de não estar muito relacionada com esse grupo também nos dá um distanciamento para a investigação que vamos fazer (...) e depois eu não tive a aplicação prática disso, porque não estava a trabalhar com elas. (E7)

Fica por analisar, pela escassez de dados, a influência do mestrado no agir profissional, na baliza entre o “antes” e o “depois”, isto é, se o mestrado representou, para o profissional, um momento de viragem para uma nova postura de manutenção quotidiana entre o agir e a investigação (ou teve o efeito contrário), se faz parte de uma continuidade e atitude investigativa do profissional no seu agir (integrado como mais um momento) ou se foi um momento totalmente episódico sem repercussões posteriores.

8. PARA CONCLUIR

Entendemos que o mestrado representou um período da vida dos profissionais em que estes dedicaram tempo à reflexão teórica e à investigação¹⁶, explorando a relação estabelecida entre a investigação executada ao longo deste e o agir profissional.

Como foi mencionado por algumas entrevistadas, a universidade é um local onde se (re)constrói a identidade profissional. Neste sentido, também ela pode ser indutora da importância, que posteriormente é dada na prática, à dimensão da investigação, embora a construção identitária do profissional se reconfigure ao longo do tempo. Como pudemos ver, existem diferenças importantes entre as motivações que levaram as entrevistadas a licenciarem-se em Serviço Social e, depois, a frequentar o mestrado nessa mesma área. A licenciatura apresentou-se como um percurso vocacional que se inicia com a identificação à área, à sua estrutura curricular e ao trabalho que se espera desenvolver.

O mestrado compreende já um alargamento nas razões, incorpora a ideia de preocupação pela profissão e continuação/consolidação da construção identitária enquanto assistente social, expressa pela necessidade de fundamentar, atualizar e melhorar a prática, bem como de concorrer para a produção de conhecimento em Serviço Social. Estas razões podem contribuir para o estabelecimento e reconhecimento da importância da relação entre investigação e o agir.

Os posicionamentos das Assistentes Sociais entrevistadas reforçaram a ideia que não poderá ser deixado para o segundo ciclo (mestrado) a aprendizagem das competências nesta matéria, bem como o reforço do entendimento da sua importância para o Serviço Social (como garantia de um contacto prévio e de sensibilização desta questão antes do início da atividade profissional), embora tal não implique dizer, que no primeiro ciclo (licenciatura), segundo as entrevistadas, os profissionais estejam claramente aptos para a realização de investigação, uma vez que, tal como referiram, o aprofundamento das competências para esta e a sua realização deva ser feita no segundo ciclo. Neste âmbito, é conferido ao primeiro a responsabilidade de exercitar a reflexividade dos estudantes. Assim sendo, da discussão da formação (ensino em Serviço Social) fica a noção do entendimento da importância das unidades curriculares de investigação, embora a efetiva aplicação da mesma seja da responsabilidade do segundo ciclo.

¹⁶ Relembramos que atualmente, tendo em conta o Processo de Bolonha, o mestrado não é garantia de realização de investigação (pese embora exista quem coloque em causa se num mestrado se faz mesmo uma investigação, independentemente se estamos ou não perante uma dissertação). Segundo o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março (Regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior) artigo 18, alínea 3, “No ensino universitário, o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre deve assegurar que o estudante adquira uma especialização de natureza académica com recurso à actividade de investigação, de inovação ou de aprofundamento de competências profissionais” a alínea 4 refere, ainda, que “No ensino politécnico, o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre deve assegurar, predominantemente, a aquisição pelo estudante de uma especialização de natureza profissional”. Outra ressalva que gostaríamos de fazer é que enquanto para alguns profissionais este pode ter sido um momento sem exemplo, no que toca ao desenvolvimento de investigações, para outros, fez parte de uma postura profissional que replicam com alguma regularidade.

As entrevistadas, ao pensarem a relação que estabelecem entre a investigação e o agir profissional, atribuíram uma grande importância ao mestrado que tinham realizado, pois entenderam-no como espaço garantido desta relação, facto que embora associado a um período temporal definido, pode ser também entendido como a oportunidade de distanciamento que proporciona enquadramento para o desenvolvimento de uma atitude investigativa, inscrevendo-se num movimento cíclico de estudo-prática-estudo. Ficou, no entanto, por compreender que impacto teve este momento formativo para o estabelecimento desta relação, isto é, se este momento determinou uma mudança no posicionamento das profissionais, ou se representou um momento de consolidação de uma postura já defendida.

As profissionais ligadas ao sistema de ensino do Serviço Social tendem a realizar investigações e estabelecerem esta relação, embora uma das entrevistadas, no momento assistente social num hospital, afirme estabelecer esta relação com regularidade fazendo, assim, parte da sua prática profissional. Neste sentido, a relação estabelecida pelos profissionais entre o agir e a investigação pode ser entendida num espectro dinâmico, que compreende, por um lado a possibilidade de ser uma relação pontual (o caso do mestrado), e, por outro, uma relação regular (a investigação encontra-se na prática profissional). Sendo que estas diferentes realidades e posicionamentos são fruto da complexa articulação entre os profissionais (seus posicionamentos) e os contextos (organizacionais).

A discussão das questões da investigação em Serviço Social deve, na nossa perspectiva, ser sujeita a intenso debate interno, e, de forma desafiante, como mais-valia, ser sujeita a debate externo, intensificando, assim, a discussão, particularmente no que toca ao papel da formação em Serviço Social nesta matéria e a responsabilidade de articulação entre teoria e prática, entre investigação e agir profissional.

É importante referir alguns aspectos que consideramos importantes para a agenda da investigação em Serviço Social no domínio da formação, para que possam contribuir, também, para a reflexão e discussão da importância de se estabelecer uma relação entre a investigação e o agir profissional (sendo que a investigação pode ser vista não só como parte do agir profissional do assistente social, mas, ela em si ser também agir profissional).

Como propostas de discussão para a agenda da investigação em Serviço Social, destacamos a necessidade de: 1) ampliar, a investigação em Serviço Social para além da atividade académica, para que não se observe nem se reproduza uma divisão (também estatutária) entre assistentes sociais interventores e assistentes sociais investigadores/produtores do conhecimento; 2) consolidar a investigação como elemento integrante e fundamental na formação e qualificação profissional; 3) incentivar à importância de investigação em Serviço Social (desde o 1º ciclo); 4) promover a proximidade e articulação entre as organizações académicas, os centros de investigação e os campos de atuação do Serviço Social; 5) promover o investimento na formação ao longo da vida e

na atualização permanente dos conhecimentos dos profissionais (investir nos estudos pós-graduados em Serviço Social); 6) desenvolver uma postura/atitude investigativa nos estudantes e profissionais; e 7) incentivar e apoiar a difusão e divulgação dos trabalhos, estudos e investigações realizados em Serviço Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APSS (2006). *Posição da Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS) sobre o processo de Bolonha e a formação em Serviço Social*. Disponível em <http://www.cpihts.com/PDF02/BOLONHA%20POSICAO%20DA%20APSS.pdf>, [consulta em 3/10/2011].
- Baptista, M. V. (2001). *A Investigação em Serviço Social*. Lisboa/S. Paulo: Veras Editora.
- Barbero, J. M. (2006). La autogestión del Trabajo Social y la perspectiva del investigador. *Cuadernos de Trabajo Social*, vol. 19, 43-54. Disponível em <http://revistas.ucm.es/index.php/CUTS/article/view/8407> [consultado em 2/03/2009].
- Branco, F. (2008), “A investigação em Serviço Social: trajectórias e perspectivas”. In *Locus Soci@l*, n° 1, pp. 48-63. Online in: <http://www.locussocial.CESSS-UCP.com.pt/page4/page4.html>, consultado em: 24/05/2010.
- Ferreira, J. (2001). Serviço Social e toxicodependência, *Toxicodependências*, Vol 7 (2), 51-58.
- Ferreira, J. (2009). Pensar a formação em Serviço Social no quadro da globalização e do espaço único europeu. *Intervenção Social: O Serviço Social no Século XXI: Desafios e Oportunidades*, n° 35, 351-366.
- Ferreira, M. (2006). *Serviço Social e construção do conhecimento: contextos, lógicas e significados no Serviço Social português*, Tese de doutoramento em Serviço Social, São Paulo: PUC-SP.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Guerra, I. C. (2008). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo - Sentidos e formas de uso*. Cascais: Principia.
- Iamamoto, M. V. (2000). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez Editora.
- Karsch, U. M. S. (1988). A produção académica do assistente social: alguns pontos de vista sobre a pesquisa. *Serviço Social & Sociedade*, n° 28, 121-126.

- Martins, A. (1999). *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Martins, A. (2002). Investigação em Serviço Social: Perspectivas actuais. In A. Henriques & M. A. Farinha (eds), *Serviço Social: Unidade na Diversidade, encontro com a identidade profissional, I Congresso Nacional de Serviço Social*. Aveiro: APSS.
- Martins, A. (2007). O processo de Bolonha e a formação em Serviço Social questões e problemas. *CPITHS*. Disponível em <http://www.cpihts.com/PDF02/O%20Processo%20de%20Bolonha.pdf>, [consulta em 3/10/2011].
- Martins, A. (2008). Investigação em Serviço Social no Portugal contemporâneo. Paradoxos e desafios. *Locus Soci@l*, n° 1, 32-47.
- Martins, A., Tomé, M. R. (2008). O estado actual da formação em Serviço Social em Portugal - problemas e desafios à organização profissional. *19ª Conferência Mundial de Serviço Social, IFSW e CFESS, Brasil, Salvador da Bahia*. Disponível em <http://www.cpihts.com/PDF04/AlcinaM%20e%20Rosa%20T.pdf>, [consulta em 3/10/2011].
- Montaño, C. (2007). *A natureza do Serviço Social*. Cortez: São Paulo.
- Mouro, H. (2004). A investigação no Serviço Social. *Interações*, n° 7, 100 – 109.
- Netto, J. P. (1991). *Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Ed. Cortez.
- Nunes, M. H. (2003). Estatuto legal da carreira dos assistentes sociais, *I Encontro Nacional de Assistentes Sociais promovido pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado*, Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra (texto policopiado).
- Pain, H. (2011). Practice research: what it is and its place in the social work profession. *European Journal of Social Work*, 14(4), 545–562. doi:10.1080/13691457.2010.490062.
- Pardal, L., Correia, E. (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal Editores.
- Passarinho, I. (2009). A importância dos percursos profissionais na formação contínua e nas construções identitárias dos assistentes sociais in *Intervenção Social: O Serviço Social no Século XXI: Desafios e Oportunidades*, n° 35, 367-388.
- Pontes, R. (2002). Capacitação profissional permanente: uma estratégia académica e política para os assistentes sociais. In A. Henriques, & M. A. Farinha (eds). *Serviço Social: unidade na diversidade. Encontro com a identidade profissional, Actas do I Congresso Nacional de Serviço Social*. Aveiro: APSS.

- Rodrigues, F., Branco, F. (2009). A investigação em Serviço Social em Portugal: uma aproximação a partir da formação pós-graduada. *Locus Socic@l*, nº 2. 103-114. Disponível em http://www.locussocial.cesss-ucp.com.pt/page6/files/artigo-007c-paper-rodrigues0026branco_ls00232.pdf. [consultado em 02/10/2010].
- Silva, Â. M. P.; Anchieta, V. L. P.; Hirai, W. G. & Guimarães, G. T. D. (2006). A prática profissional do Serviço Social português. *Revista Virtual Textos & Contextos*, nº 6, 1-17. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1039/818>, [consultada em 23/08/2011].
- Sposati, A. (2007). Pesquisa e produção de conhecimento no campo do serviço social. *Revista Katálysis*, vol 10 (esp.) 15-25.
- Tomé, M. R. (2007). O processo de Bolonha e o Serviço Social em Portugal: os desafios à formação e à profissão. *3º Seminário Nacional – Estado e Políticas*.
- Zamanillo, T. & Gaitán, L. (1997). *Para comprender el trabajo social*. Navarra: Editorial Verbo Divino.